



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
PORTARIA GP Nº 94/2014
São Luís, 27 de janeiro de 2014.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO, no uso de suas
atribuições legais e regimentais,

RESOLVE

Determinar a publicação no Diário Oficial da União e
no Diário da Justiça do Maranhão dos **Anexos I - Demonstrativo de Despesa
Com Pessoal; V – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa; e VI –
Demonstrativo dos Restos a pagar**, partes integrantes do **Relatório de
Gestão Fiscal** de que tratam os artigos 48, 54 e 55 da Lei Complementar nº
101, de 4 de maio de 2000, relativo ao período de **janeiro de 2013 a
dezembro de 2013**, na forma dos quadros anexos.

Dê-se ciência.

Publique-se no Boletim Interno Eletrônico.

LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1
= SIM 2 = NÃO)

2

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

RS mil

ROR - ANEXO VI (LRF, art. 32, inciso III, alínea "b")

83 mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
- Recursos Vinculados à Seguridade Social do Servidor	0,00	0,00	0,00	667,85	667,85	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	667,85	667,85	0,00
- Recursos de Fontes do Tesouro Nacional	27,81	609,22	2,60	13213,21	13213,21	
- Recursos de Fontes Próprias	0,00	0,00	0,00	10,37	1002,13	
- Recursos de Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	27,81	609,22	2,60	13223,58	14215,34	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	27,81	609,22	2,60	13891,43	14883,19	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹						

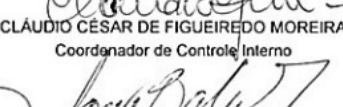
FONTE: SIAFI - TRT16/SOF, 23/jan/2014 as 17h10min

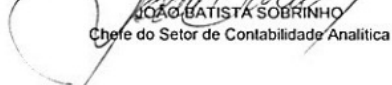
Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.


LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR
Desembargador Presidente


JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
Diretor Geral


DANIEL LEITE GUIMARÃES
Secretário de Orçamento e Finanças Substituto


CLÁUDIO CÉSAR DE FIGUEIREDO MOREIRA
Coordenador de Controle Interno


JOÃO BATISTA SOBRINHO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	131.282,96	9.049,69	140.332,65
Pessoal Ativo	116.403,57	8.381,84	124.785,41
Pessoal Inativo e Pensionistas	14.879,39	667,85	15.547,24
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	16.615,10	9.049,69	25.664,79
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	3.057,31	8.381,84	11.439,15
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.557,79	667,85	14.225,64
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	114.667,86	0,00	114.667,86

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	656.094.218,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV)*100	0,017477%	0,000000%	0,017477%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,026304%		172.579,02
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,024989%		163.950,07
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,023674%		155.321,12

FONTE: SIAFI - TRT16/SOF, 23/jan/2014 as 15h17min

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

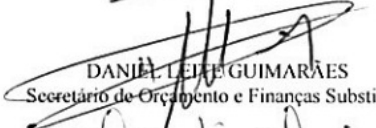
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64,
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

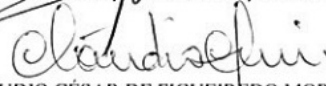
Nota 2: As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, no valor de R\$ 14,9 mil, foram excluídas, em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SU/CON/STIN-MF e no Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário.

Nota 3: As despesas com Precatórios totalizaram R\$ 115,30 mil e as com Requisições de Pequeno Valor, R\$ 10.786,67 mil.


LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR
Desembargador Presidente


JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
Diretor Geral


DANIEL LEITE GUIMARÃES
Secretário de Orçamento e Finanças Substituto


CLÁUDIO CÉSAR DE FIGUEIREDO MOREIRA
Coordenador de Controle Interno


JOÃO BATISTA SOBRINHO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica